



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE – PB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**FLÁVIO SILVA BRANDÃO**

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA AS  
MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Campina Grande - PB  
2011

**FLÁVIO SILVA BRANDÃO**

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA AS  
MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel.

Orientadora: Professor MSc. Eliedna de Sousa Barbosa

Campina Grande - PB

2011

- B817i      Brandão, Flávio Silva.  
A importância da contabilidade gerencial para as micro-empresas e empresas de pequeno porte. [manuscrito] /Flávio Silva Brandão. – 2011.  
65f.; il. Color.
- Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis ) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.  
“Orientação: Profª. Msc. Eliedna de Sousa Barbosa, Departamento de Contabilidade”.
1. Micro - Empresas. 2. Empresas de Pequeno Porte.  
3. Contabilidade Gerencial. I. Título.

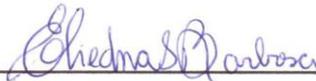
**FLAVIO SILVA BRANDÃO**

**A IMPORTANCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA AS  
MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, obtendo a nota média 8,7 (Oito vírgula sete), atribuída pela banca constituída pelo orientador e examinadores abaixo.

Aprovada em: 06/06/11.

BANCA EXAMINADORA



Profª MSc Eliedna de Sousa Barbosa/ UEPB

Orientadora



Prof Adamo da Cruz Barbosa/ UEPB

Examinador



Profª Vânia Vilma Nunes Teixeira Xavier/ UEPB

Examinadora

Dedico esse trabalho a meu amigo/ irmão Raynner Flávio que não se faz mais presente entre nós, mas que tanto me auxiliou e me deu forças para continuar nas horas mais difíceis, sem os quais esse momento não seria possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por estar me concedendo o prazer de poder viver esta etapa significativa em minha vida.

Agradeço a todos os professores e membros da minha vida universitária que me apoiaram e me deram subsídios para hoje estar vivenciado esse momento.

A minha professora orientadora Eliedna Barbosa por ter acreditado em mim e por sua orientação prestada.

Agradeço a meus amigos de infância que me ajudaram de várias maneiras para a conclusão deste trabalho.

Agradeço fortemente a meus pais e irmãos por me incentivar na vida universitária e sempre acreditar que esse dia chegaria.

Agradeço a meus amigos e colegas de trabalho por sempre me apoiarem para a realização do trabalho nas horas em que as precisei.

Agradeço de forma especial a meu amigo Hugo Costa que tanto me incentivou e me auxiliou em vários momentos de minha vida acadêmica.

Os que renunciam são, em maior número,  
aqueles que mais fracassam.

Henry Ford.

## RESUMO

Este trabalho define o que venha a ser microempresa e empresa de pequeno porte nos seus variados aspectos, abordando definições de instituições renomadas, assim como a definição fiscal mostrando o tratamento diferenciado aplicado a essas empresas, expõe de forma clara a visão que boa parte dos administradores dessas empresas têm acerca do profissional contábil e da contabilidade para o desenvolvimento da empresa. Relata a necessidade da contabilidade para a sobrevivência das micro empresas e empresas de pequeno porte em um mundo hoje globalizado, no auxílio a administração, com enfoque especial na contabilidade gerencial com a formulação de seus relatórios gerenciais e dos índices elaborados para analisar o processo e a saúde financeira das empresas pertencentes a esse quadro e a importância que esta ramificação vem ganhando nos últimos anos em todos os tipos de empresa. Dessa forma, apresenta a problemática: Qual a importância da Contabilidade Gerencial para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil? Tendo como objetivo geral apresentar a importância da Contabilidade Gerencial para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica. Por fim, Conclui nesse trabalho que as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte com a utilização da contabilidade e de seus demonstrativos de forma correta, têm no cenário econômico nacional muito mais chances de permanecer e crescer.

Palavras-chave: Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte. Contabilidade Gerencial. Simples Nacional.

## **ABSTRACT**

This paper defines what will be microenterprise and small business in its various aspects, discussed definitions of renowned institutions as well as the tax definition showing the different treatment applied to these companies, sets out clearly the vision that many of the administrators these companies have about the professional accounting and bookkeeping for the company's development. Reports the need for accounting for the survival of micro enterprises and small businesses in a globalized world today, as an aid to management, with special focus on managerial accounting with the formulation of their management reports and indices designed to analyze the process and health financial firms belonging to this framework and the importance of this branch has been gaining in recent years in all types of business. Thus, we present the problem: What is the importance of management accounting for Micro Enterprises and Small Businesses in Brazil? With the general aim to present the importance of management accounting for Micro Enterprises and Small Businesses in Brazil. The methodology used was literature research. Finally, this study concludes that the Micro Enterprises and Small Businesses with the use of accounting and their statements correctly, have the national economic scenario much more likely to stay and grow.

Keywords: Micro Enterprises and Small Businesses. Managerial Accounting. National Simple.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I</b> – Classificação das Micro e Pequenas Empresas .....	17
<b>Quadro II</b> - Classificação das Micro e Pequenas Empresas segundo o número de funcionários .....	18
<b>Quadro III</b> - Classificação das Micro e Pequenas Empresas segundo o faturamento anual bruto .....	19
<b>Quadro IV</b> – Principais diferenças entre micros e médias empresas .....	19
<b>Quadro V</b> – Resumo Porte de Empresa .....	22
<b>Quadro VI</b> – Assesoria/ Auxílios mais importantes.....	27
<b>Quadro VII</b> – Participação das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte na economia nacional .....	28
<b>Quadro VIII</b> - As causas mais comuns de falhas nos negócios .....	31.
<b>Quadro IX</b> – Balanço Patrimonial (BP) – modelo simplificado de registro de ativos, passivos e patrimonio líquido .....	45
<b>Quadro X</b> – Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) – modelo simplificado de registro e receitas e despesas e apuração de resultados .....	47
<b>Quadro XI</b> – Modelo de Fluxo de Caixa simplificado .....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS

**SEBRAE** – Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

**CFC** – Conselho Federal de Contabilidade

**ME** – Micro Empresa

**EPP** – Empresa de Pequeno Porte

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul

**SIMPLES** – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições Federais

**CF** – Constituição Federal

**PIB** – Produto Interno Bruto

**MP** – Medida Provisória

**LC** – Lei Complementar

**DAS** – Documento de Arrecadação do SIMPLES Nacional

**ISS** – Imposto Sobre Serviços

**ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IRPJ** – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

**IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados

**CSLL** – Contribuição Sobre o Lucro Líquido

**PIS** – Programa de Integração Social

**COFINS** – Contribuição Financeira

**SENAI** – Serviço nacional de Aprendizagem Industrial

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**NBC T** – Norma Brasileira de Contabilidade

**IFAC** – International Federation of Accounting (Federação Internacional de Contabilidade)

**COSIF** – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

**IBRACON** – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

**BP** – Balanço Patrimonial

**DRE** – Demonstração de Resultado do Exercício

**DFC** – Demonstração de Fluxo de Caixa

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	13
1.1 Problema da Pesquisa .....	13
1.2 Objetivos .....	14
1.4 Justificativa.....	15
1.5 Procedimentos Metodológicos .....	15
1.6 Organização do Trabalho.....	16
2 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	17
2.1 Legislação Específica: Simples Nacional .....	20
2.2 Desvantagem obtida com a Lei Geral das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte .....	26
2.3 A importância da ME e EPP para a economia do Brasil .....	28
2.4 A mortalidade das ME e EPP no Brasil .....	29
2.4.1 Fatores que levam a mortalidade prematura das ME e EPP.....	31
3 A CONTABILIDADE E SEU PAPEL NAS EMPRESAS.....	33
3.1 A Contabilidade Gerencial.....	35
3.2 Diferenças entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial .....	37
3.3 Necessidade das informações gerenciais para as ME e EPP.....	40
3.3.1 A relevância da análise das Demonstrações Contábeis .....	41
4 CONCLUSÃO.....	52

## REFERÊNCIAS

ANEXO A – NBC T 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

## **1 INTRODUÇÃO**

Em um mercado cada vez mais competitivo que, de fato, seleciona os mais capacitados, torna-se imprescindível que toda e qualquer empresa se adeque as necessidades por ele exigidas. É nesse cenário que estão inseridas as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Elas são de suma importância para a economia nacional, pelo fato de serem grandes fomentadoras de empregos e participantes efetivas do PIB nacional. Porém, em geral, não dispõem de uma conjuntura adequada para enfrentar as grandes oscilações do cotidiano e acabam por fechar prematuramente.

Muitos dos gestores dessas empresas são pessoas que não possuem uma capacidade científica adequada para gerir seus empreendimentos no atual cenário econômico, acabam por lançar-se no mercado apostando na sorte, desprezando qualquer ajuda de um profissional especializado para exercer ou auxiliá-lo em sua estratégia e controle operacional, obtendo com isso, resultados indesejáveis.

Dentro desse contexto, a Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio e suas mudanças, oferecendo informações que auxiliam os gestores das empresas em suas tomadas de decisões, bastante útil as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

### **1.1 Problema da Pesquisa**

Como as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte não dispõem, em sua maioria, de profissionais especializados para gerir seus empreendimentos, acabam por ceder as pressões exigidas pelo atual mercado, altamente competitivo e conseqüentemente, terminam por fechar suas empresas precocemente

Fato esse, bastante comum no mercado nacional, onde boa parte desses empresários acabam apontando como fatores primordiais para tal realização, os altos juros, a grande burocracia para obtenção de capital de giro e as dificuldades para se conseguir financiamento de seus equipamentos. Observa-se que esses são fatores significativos para o fechamento dessas empresas, mas não são os primordiais.

A falta de capacidade gerencial que os gestores dessas Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte têm para se adaptar ao mercado é o principal fator de tal situação, acabam por tomar suas decisões sem embasamento empírico, optando em gerir seus empreendimentos com base na experiência profissional em detrimento da lógica científica, levando-os a solvência.

Dentro desse contexto, surge a seguinte problemática: Qual a importância da Contabilidade Gerencial para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil?

## **1.2 Objetivos**

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar a importância da Contabilidade Gerencial para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil.

Por sua vez, seus objetivos específicos para atendimento ao objetivo anteriormente proposto são:

- Descrever sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em seus aspectos contábeis e fiscais;
- Demonstrar a importância da legislação específica aplicável as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- Demonstrar a importância das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a economia do Brasil;
- Evidenciar a contabilidade gerencial como ferramenta fundamental de gestão para as empresas em geral;

- Apresentar alguns controles contábeis utilizados pela contabilidade gerencial para auxiliar na gestão empresarial.

#### **1.4 Justificativa**

Mesmo com a crescente concorrência norteados os mercados atualmente, muitos microempresários e empresários de pequeno porte não se preocupam em buscar ajuda de um profissional especializado para os auxiliarem em sua gestão, fato este que tem levado a uma morte prematura de um elevado número de Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte no Brasil.

A Contabilidade é a ciência que tem esse poder, o poder de auxiliar os gestores em suas tomadas de decisões, através de análises de dados fatos e atuais para diminuir esse alto índice de mortalidade prejudicial a economia nacional.

Fato este da elaboração deste trabalho, com o objetivo de demonstrar a real importância da Contabilidade com enfoque especial dado a Contabilidade Gerencial para a manutenção e desenvolvimento dessas empresas no Brasil.

#### **1.5 Procedimentos Metodológicos**

A metodologia, em um trabalho, é algo extremamente importante, pois visa identificar o tipo de pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho acadêmico e conhecer toda a base de pesquisa utilizada em sua realização.

Para Laurentino (2008, p.15), “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.

Para o presente trabalho acadêmico, a metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica em livros de autores renomados com amplo

conhecimento na área, através da análise minuciosa de suas obras, por intermédio de pesquisas realizada em sites da internet de instituições como SEBRAE, BNDES, CFC que dispõem de dados atuais e reais sobre os principais acontecimentos ocorridos no cenário econômico e social do mercado nacional.

## **1.6 Organização do Trabalho**

No capítulo 1 são apresentados a introdução, o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos geral e específicos e o procedimento metodológico.

No capítulo 2 é apresentada a revisão de literatura, contendo: as principais definições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a legislação específica a esses tipos de empresas contendo seus benefícios e malefícios, a importância dessas entidades no cenário econômico, sua mortalidade com seus principais fatores. Apresenta a importância da Contabilidade para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, assim como a importância da Contabilidade Gerencial, as diferenças entre contabilidade financeira e contabilidade gerencial, apresentando modelos de Balanço, de Demonstração de Resultado do Exercício e de Demonstração de Fluxo de Caixa assim como alguns dos principais indicadores econômicos e financeiros dessas demonstrações contábeis.

No capítulo 3, há a conclusão do trabalho e na seqüência as referências bibliográficas.

## 2 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Definir precisamente o que venha a ser Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não é uma tarefa fácil de fazer, principalmente no Brasil onde não ha uma doutrina que defina com precisão os tipos de empresas supracitadas. Portanto, existem várias formas de se mensurar uma ME e EPP, por estas serem atribuídas de vastas particularidades existentes. Isso dependerá do ponto de vista a ser questionado. Pode-se identificá-las segundo o número de funcionários existentes, pelo seu faturamento, por seu capital social, pela quantidade de insumos produzidos, por suas unidades vendidas, etc.

Segundo Chér (1991, p.17), “[...], para se conceituar as pequenas e médias empresas, algumas variáveis são tradicionalmente utilizadas, tais como mão-de-obra empregada, capital registrado, faturamento, quantidade produzida, etc.”.

Devido à falta de um conceito legal, órgãos como o BNDES e o SEBRAE que servem de apoio as ME e EPP, criaram seus próprios critérios para defini-las com o intuito de classificá-las para a concessão de seus benefícios. Assim como, a Lei específica a essas entidades que as asseguram um tratamento diferenciado, têm sua própria definição para o seu enquadramento e gozo do benefício.

O BNDES é uma empresa pública federal, considerada hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para os diversos setores da economia. Para conceder seus financiamentos, conceitua os tipos de empresa tomando como base o faturamento bruto anual, baseado nos critérios adotados pela legislação específica às ME e EPP, de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro I – Classificação das Micro e Pequenas Empresas**

Classificação	Receita Operacional Bruta Anual
Micro Empresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Empresa de Pequeno Porte	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões
Média Empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões
Média Grande Empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande Empresa	Maior que R\$ 300 milhões

Fonte: BNDES

Classificação esta definida através das circulares nº 10/2010 e 11/2010 de 5 de março de 2010 aplicada a todos os setores da economia, na qual o BNDES concede condições especiais para as ME e EPP com taxas mais favorecidas, melhores prazos de carência e amortização.

Os parâmetros de classificação do BNDES são estabelecidos por base nos parâmetros de criação do MERCOSUL.

Já o SEBRAE é uma empresa privada sem fins lucrativos que tem por objetivo fornecer condições de apoio a manutenção e crescimento às ME e EPP, conceitua estas de acordo com dois indicadores simultâneos:

- Número de funcionários existentes na empresas;
- O faturamento anual bruto da empresa.

Classificação de acordo com o número de funcionários:

**Quadro II** – Classificação das Micro e Pequenas Empresas segundo o número de funcionários.

Porte	Indústria	Comércio/Serviço
Microempresa	Até 19	Até 9 empregados
Empresa de Pequeno Porte	De 20 a 99	De 10 a 49 empregados
Médias	De 100 a 499	De 50 a 99 empregados
Grandes	500 ou mais	100 ou mais empregados

**Fonte:** Sebrae – SP

O quadro II demonstra que o SEBRAE separa os tipos de empresa fazendo a distinção apenas em duas classes: a industrial e unifica a comercial com as empresas da área de serviços de acordo com o número de funcionários existentes.

Classificação de acordo com o faturamento:

**Quadro III** – Classificação das Micro e Empresas de Pequeno Porte segundo o faturamento bruto anual

Porte	Simplex Nacional	Exportação
<b>Microempresas</b>	Até R\$ 240 mil	Até US\$ 200 mil para comércio e serviços. Até US\$ 400 mil na indústria.
<b>Empresas de Pequeno Porte</b>	Acima de R\$ 240 mil até 2,4 milhões	Acima de US\$ 200 mil até US\$ 1,5 milhão para comércio e serviços. Acima de US\$ 400 mil até US\$ 3,5 milhões na indústria.

Fonte: Sebrae – SP

O quadro III demonstra a definição das ME e EPP mediante a classificação adotada pelo SIMPLES Nacional e as empresas que operam nas exportações de acordo com o faturamento bruto anual auferido.

De acordo com pesquisa realizada pelo SEBRAE PR 2006, as ME e EPP possuem características particulares que as diferenciam das Médias e Grandes Empresas conforme descrito no quadro abaixo:

**Quadro IV:** Principais diferenças entre micro e médias empresas

Micro e Pequena Empresa	Média e Grande Empresa
Menor carga tributária	Maior carga tributária
Produção não seriada	Produção seriada (linha)
Informalidade	Formalizações das operações
Ausência de dados e controles	Existência de informações
Decisões centralizadas	Decisões descentralizadas
Mão-de-obra não qualificada	Mão-de-obra qualificada
Menores salários	Maiores salário
Adequação aos clientes	O cliente se adapta aos produtos
Versatilidade produto / venda / ramo	Rigidez produto / venda / ramo
Custos unitários maiores	Economia em escala
Contato direto com o cliente	Cadeia e terceiros aos clientes
Confusão indivíduo / família / empresa	Impessoal
Administrada pelo empresário / proprietário	Administradores profissionais

Fonte: SEBRAE PR

Demandam produtos e serviços a todas as classes sociais existentes, em especial ao mercado consumidor das classes C e D o que está levando a alavancagem no faturamento dos últimos anos.

Uma pesquisa realizada por Anholon et al. (2007, p.88) em algumas ME e EPP de vários ramos de atividade, puderam constatar que estas empresas apresentavam alguns pontos fortes e fracos que as diferenciam das Médias e Grandes Empresas tais como:

**Pontos Fracos:**

- Influência das relações de parentesco nas atribuições de cargos e tarefas;
- Falta de planejamento estratégico, visão e missão;
- Confusão entre a pessoa física do empresário e a pessoa jurídica da empresa;
- Reduzida capacidade administrativa;
- Falta de conhecimento do mercado onde está inserida;
- Pedidos acima da capacidade produtiva;
- Falta de uma política de recursos humanos;
- Não utilização de recursos computacionais;
- Falta de uma visão de melhoria contínua.

**Pontos Fortes:**

- Maior flexibilidade em relação as grandes empresas;
- Caráter mais empreendedor;
- Comunicação mais efetiva entre subordinados e superiores;
- Contato mais próximo com o cliente.

Diversos fatores têm levado a criação das ME e EPP e a sua disparidade em número perante as médias e grandes empresas tais como: o desemprego, a aposentadoria, a dificuldade de realocação no mercado, etc., fazendo com que se constitua em empreendimentos sem qualquer planejamento prévio ocasionando conseqüentemente a morte prematura da empresa.

## **2.1 Legislação Específica: Simples Nacional**

Há tempos que o governo preconizava um tratamento diferenciado às ME e EPP, para garantir a estas uma maior igualdade frente à concorrência perante as médias e grandes empresas, dada sua imensa contribuição para a economia nacional.

Na carta magna, a CF de 1988 já demonstra essa preocupação que o governo tinha em conceder benefícios a essas empresas, conforme demonstrado em seu *caput.* do art. 179:

Art. 179 A União, os Estados e os Municípios dispensarão as Micro e Pequenas Empresas, assim definidos em lei, tratamento jurídico diferenciado visando a incentivá-los pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destes por meio de lei.

Em obediência ao art. 179 da carta magna, em 1996 foi criada a Lei nº 9317/96, através da MP nº 1526/96, a chamada lei do SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, que é a legislação específica aplicada a estas empresas as regulamentando em seus vários tipos de atividades., constituindo-se em um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido adotado a estes conforme afirma o *caput* da referida lei:

Art. 1º. Esta lei regula em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição Federal, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável as micro empresas e empresas de pequeno porte, relativos aos impostos e as contribuições que menciona.

Porém, foi com o advento da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, denominada Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que governo veio a assegurar um real benefício a essas entidades.

De acordo com a LC supracitada, uma empresa para se enquadrar como ME ou EPP, a empresa necessita de:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Pode-se observar que o principal critério para mensuração e classificação de uma empresa em ME ou EPP, de acordo com a Legislação específica, é o faturamento bruto anual auferido.

Percebe-se que tanto o SEBRAE como o BNDES utilizam-se do faturamento anual bruto para distinção do que venha a ser ME e EPP.

Espelham-se assim na legislação do SIMPLES para conceituá-las sendo que, o SEBRAE também leva em consideração em sua avaliação o número de empregados existentes na organização e o BNDES conceitua uma EPP como uma Pequena Empresa, mas com o mesmo sentido da anterior.

O quadro V resume os principais conceitos adotados as empresas pelos órgãos de apoio e pela legislação aplicada as Micro e Pequenas Empresas:

**Quadro V – Resumo Porte de Empresa**

Agencia/ Legislação	Porte			
	Micro Empresa	Empresa Pequeno Porte	Média Empresa	Grande Empresa
SEBRAE	Até 19 empregados. Faturamento anual até R\$ 240 mil.	Até 99 empregados. Faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão.	-	-
BNDES	Receita operacional bruta anual de R\$ 2,4 milhão.	Receita operacional bruta anual superior a R\$ 2,4 milhão e inferior ou igual a 16 milhões.	Receita operacional bruta anual superior a 16 milhões e inferior ou igual a R\$ 90 milhões.	Receita operacional bruta anual superior a R\$ 300 milhões.
SIMPLES	Receita bruta anual de até R\$ 240 mil	Receita bruta anual superior a R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões.	-	-

Fonte: Autor.

Conforme mencionado anteriormente, a LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006 também conhecida como Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte veio a assegurar um real benefício a estas empresas bem como unificar as Leis nº 9317/96 – Lei do SIMPLES e a nº 9841/99 – Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, fazendo com que exista apenas um único documento a ser estudado para o regimento destas entidades.

Sendo assim, a LC nº 123/06 surgiu com a finalidade de sintetizar dentro de um único documento todos os regimentos destinados a essas

empresas assim como também melhorar o tratamento diferenciado e simplificado adotado a elas.

De acordo com a LC supracitada em seu art. 1º:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

§ 1º Cabe ao Comitê Gestor de que trata o inciso I do *caput* do art. 2º desta Lei Complementar apreciar a necessidade de revisão dos valores expressos em moeda nesta Lei Complementar.

Conforme dito, a promulgação da lei do SIMPLES veio com o objetivo de propiciar um tratamento diferenciado e favorecido as ME e EPP. De acordo com Andrade Filho (2006, p. 513) a pessoa jurídica optante pelo regime do SIMPLES gozará dos seguintes benefícios:

- Tributação com alíquotas mais favorecidas e progressivas de acordo com a receita bruta auferida;
- Recolhimento unificado e centralizado de impostos e contribuições federais, com a utilização de um único documento para seu recolhimento, o DARF – SIMPLES, podendo inclusive incluir impostos estaduais e municipais, quando existirem convênios firmados com essa realidade;
- Cálculo simplificado do valor a ser recolhido, apurado com base na aplicação de alíquotas unificadas e progressivas, fixadas em lei, incidentes sobre uma única base, a receita bruta mensal;
- Dispensa da obrigatoriedade da escrituração comercial para fins fiscais, desde que mantenha em boa ordem e guarda, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações, os livros Caixa e Registro de Inventário e todos os documentos que serviram de base para a escrituração.

A LC nº 123/06 manteve esses e outros benefícios da antiga lei do SIMPLES (Lei nº 9317/96) e acrescentou outros de extrema importância para o desenvolvimento das ME e EPP como demonstrado a seguir:

### **a) Licitações:**

Um dos maiores benefícios concedidos a ME e EPP pela LC supracitada, se não for o mais importante, concerne ao privilégio que essas empresas têm nos casos envolvendo licitações.

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Com esse dispositivo, o governo tenta assegurar uma maior competitividade das ME e EPP frente às Médias e Grandes Empresas nos processos públicos de licitação envolvendo aquisições de mercadorias e serviços. Concedendo privilégios a essas entidades perante os outros tipos de empresas.

### **b) Criação do Fórum Permanente da ME e EPP**

A criação desse fórum tem por objetivo uma maior interação entre os empresários envolvidos, com o objetivo de fomentar novas tecnologias, novos processos decisórios, troca de experiências, debates sobre as políticas de governo concernentes as ME e EPP, entre outros conforme art. 2 da LC nº 123/06 em seu art. 76:

Art. 76. Para o cumprimento do disposto nesta Lei Complementar, bem como para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas às microempresas e empresas de pequeno porte, o poder público, em consonância com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, deverá incentivar e apoiar a criação de fóruns com participação dos órgãos públicos competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Conforme mencionado no art. 76, fórum este coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, também terá a participação, além dos micro empresários e empresários de pequeno porte, dos

órgãos federais competentes e das demais entidades vinculadas ao setor para tratar dos assuntos anteriormente citados.

### **c) Benefícios Tributários:**

A LC nº 123/06 estabelece para as ME e EPP o recolhimento unificado e mensal de alguns impostos e contribuições com o intuito de facilitar esse recolhimento e baratear a tributação. Recolhimento esse realizado através de um único documento o DAS - SIMPLES contemplando impostos nas três esferas: Municipal (ISS); Estadual (ICMS) e Federal (IRPJ, IPI, CSLL, PIS, COFINS), conforme mencionado nos artigos 12 e 13 da referida lei:

Art. 12. Fica instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;

II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;

VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar

VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

A alíquota a ser utilizada para o recolhimento desses impostos dependerá do ramo de atividade que a empresa exerce ou exercerá, a LC nº 123/06 traz consigo, em seu anexo I, 59 tabelas demonstrando os ramos de atividades e as alíquotas a serem utilizados por essas empresas, baseado em um sistema progressivo que se inicia em 4% e vão até 11,61%. As indústrias pagarão uma alíquota acrescida de 0,5%, e as empresas do setor de serviços pagarão um acréscimo de 50% sobre as alíquotas básicas do comércio, dependendo do fator R (F512/ RBT 12).

## 2.2 Desvantagem obtida com a Lei Geral das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

Um benefício concedido pela LC nº 123/06 as ME e EPP que pode ser um dos fatores que estão levando ao fechamento prematuro dessas empresas, refere-se à dispensa da obrigatoriedade da escrituração contábil para fins fiscais conforme citado no art. 27 da referida lei:

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Contudo, a redação desse artigo contido na lei, de certa forma dispensa uma ferramenta que se pode definir como indispensável a qualquer empresa que queira se manter firme em um mundo globalizado cada vez mais competitivo proporcionado pela globalização que é a Contabilidade, com sua elaboração e análise das demonstrações contábeis. Além de ir em contrapartida com o art. 1.179 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02) que determina a exigência da contabilidade.

Art. 1.179 O empresário e a sociedade empresária, entre as quais as sociedades limitadas, são obrigadas a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva.

Segundo WARREN (2001, p.03): “Na medida em que a administração usa esses demonstrativos contábeis para dirigir operações atuais e planejar operações futuras, as duas áreas contábeis sobrepõem-se”.

No entendimento de Warren, a aliança entre uma administração com as técnicas utilizadas pela contabilidade faz com que uma empresa sobreponha-se perante as empresas que se abstém desta unificação.

Como boa parte das ME e EPP tem na figura do proprietário da empresa como o principal ou único gestor de sua entidade e que, este por sua vez, na maioria dos casos, não possuem o conhecimento necessário para enfrentar os problemas do cotidiano e futuros, necessita assim, da ajuda de um profissional especializado para conceder-lhe suporte em suas tomadas de decisões, ou seja, o contador. Este profissional ao longo de sua jornada acadêmica adquire

o conhecimento necessário para auxiliar o administrador em suas ações presentes e futuras com base na elaboração e análise de demonstrações contábeis das empresas que operam, conhecendo assim, a saúde econômica e financeira destas entidades e mostrando quais os métodos que o administrador deve adotar para manter sua organização viva nesse mercado altamente competitivo.

Estudo realizado pelo SEBRAE 2007 demonstra que ainda existe um percentual considerável de micro empresários e empresários de pequeno porte que não vêm a contabilidade como um parceiro essencial para o bom gerenciamento de seus empreendimentos conforme demonstrado no quadro VI:

**Quadro VI – Assessoria/ Auxílios mais importantes - 2007**

%	2000/2002	2003	2004	2005
<b>Contador</b>	35%	68%	61%	65%
	32%	68%	71%	65%
<b>Sebrae</b>	11%	19%	23%	19%
	20%	22%	22%	22%
<b>Pessoas que conhecem o ramo da atividade</b>	28%	5%	8%	7%
	34%	9%	5%	8%
<b>Empresas de consultoria/ consultores</b>	12%	3%	5%	4%
	5%			1%
<b>Entidades de classe</b>	2%	1%	2%	1%
	2%			
<b>Associação de empresas do ramo</b>	5%	1%		1%
	2%		2%	1%
<b>SENAI</b>	1%	2%		1%
				1%
<b>SENAR</b>				1%
<b>SENAC</b>	3%			
<b>Outras</b>	2%			
	5%			
<b>Nenhuma delas</b>		1%	1%	1%
		1%		1%
<b>BASE EMPRESAS ATIVAS</b>		475	577	3680
<b>BASE EMPRESAS EXTINTAS</b>		94	59	251

**Fonte:** Pesquisa SEBRAE - Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das ME e EPP no Brasil 2003 - 2005

Percebe-se que o número de ME e EPP que solicitam auxílio do contador para enfrentar seus problemas pode ser considerado alto porém, os gestores destas empresas apenas procuram os contadores em momentos

difíceis e não de forma cotidiana como deveria ser realizado, tendo na figura do contador como principal aliado em suas tomadas de decisões e utilizando as demonstrações contábeis realizadas por este como seu principal instrumento de análise.

Pensando nisso, o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução nº 1.115/07 aprovando a NBC T 19,13 que rege acerca da escrituração contábil simplificada, obrigando as ME e EPP a realizar a escrituração contábil de modo uniforme (ANEXO A – Resolução CFC nº 1.115/07). Fortalecendo assim o profissional contábil assim como corrigindo uma falha da legislação que em vez de auxiliar os micro e pequenos empreendedores, os prejudicaram com essa desobrigação.

### 2.3 A importância da ME e EPP para a economia do Brasil

É notória a importância da ME e EPP para o setor econômico nacional. De acordo com dados do SEBRAE, de todas as empresas existentes no Brasil, cerca de 5,1 milhões de empresas, o que corresponde a 98% do total, são classificadas com ME ou EPP, contribuindo com 20% do PIB nacional e com 67% da ocupação efetiva dos trabalhadores, de acordo como mostra o quadro abaixo:

**Quadro VII – Participação das ME e EPP na economia nacional**

Itens	%
Número de empresas	98
Participação no PIB	20
Ocupação Efetiva	67

**Fonte:** Micro e pequenas empresas em números - SEBRAE SP

Números esses que representam mais de 13 milhões de empregos com carteira assinada, o que corresponde a 53% do total trabalhadores nesta situação no país. Sendo, dentro do mercado existente no país, os tipos de empresa que mais absorvem de mão-de-obra.

Um estudo realizado pelo SEBRAE em 2011 revela que, em novembro/2010 as ME e EPP foram responsáveis por 120,4% do saldo líquido de empregos gerados no mês supracitado, ou seja, as ME e EPP compensaram as perdas verificadas nas Médias e Grandes empresas no período.

Percebe-se que essas organizações são de extrema importância para a economia nacional devido o fato de empregarem muitos profissionais, empregando mais que as Médias e Grandes Empresas, e propiciarem fortes mudanças no mercado nacional, como inovações tecnológicas, gerenciais, entre outras.

Importância esta demonstrada pelo novo presidente do SEBRAE Luiz Barreto em cerimônia de posse dos novos dirigentes desta organização em 09/02/2011:

“As micro e pequenas empresas são as grandes geradoras de oportunidades de emprego e renda e também o motor do nosso mercado interno. E esse papel se torna ainda mais importante em momentos especiais, como o que estamos vivendo no Brasil.”

Essas empresas têm um caráter bem peculiar, quase que em sua totalidade são empresas formadas em sociedade familiar ou individual, por pessoas que, em sua grande maioria, não tem o devido conhecimento para suportarem as grandes mudanças ocorridas cotidianamente no mercado. Fato esse que ajuda a leva a mortalidade prematura dessas organizações.

## **2.4 A mortalidade das ME e EPP no Brasil**

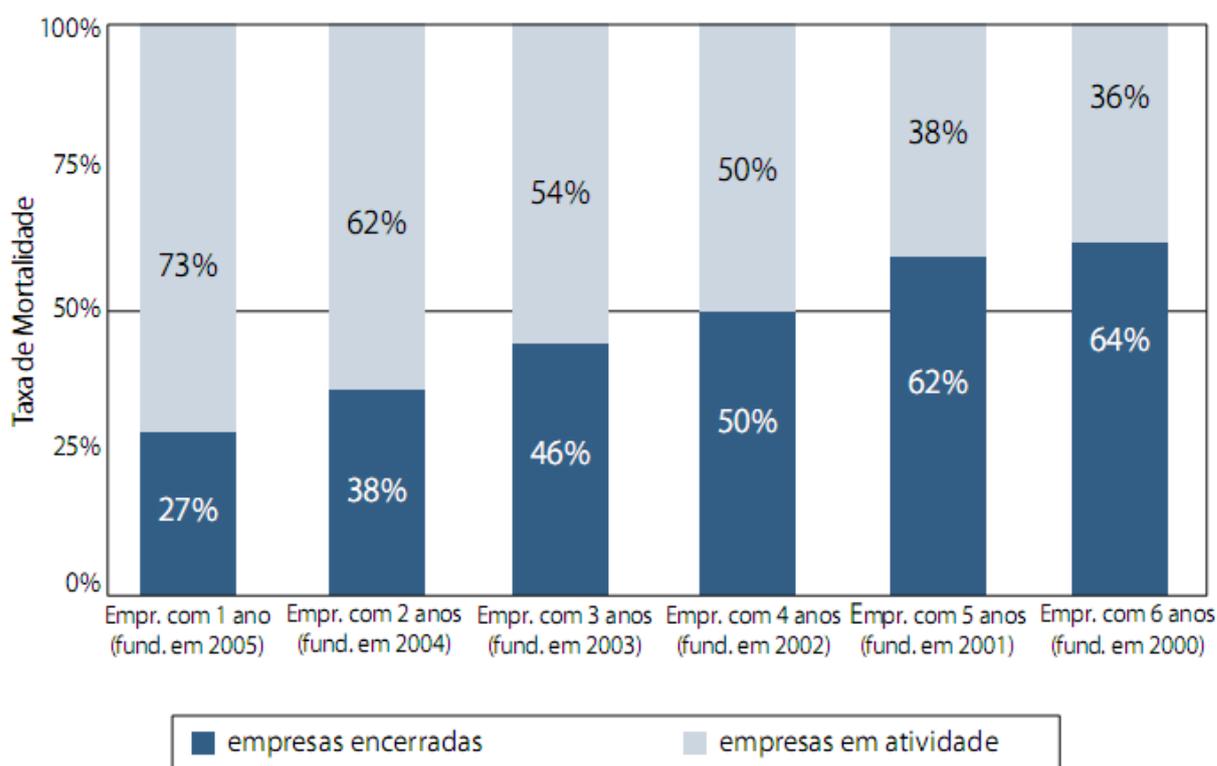
Um dos grandes problemas enfrentados pelas ME e EPP é a dificuldade que essas têm para se manterem vivas no mercado, seus primeiros anos de vida são muito instáveis, devido a vários fatores que não são levados em consideração no momento de sua constituição.

Segundo o Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa – SEBRAE 2008, no Brasil, 97,5% do total de empresas constituídas são

classificadas como ME ou EPP sendo que, cerca de 22% das empresas constituídas sob esses regimentos jurídicos não ultrapassam os 2 anos de vida.

Números estes que só fazem crescer com o passar dos anos de existência da empresa. Levantamento realizado no estado de São Paulo, onde se concentra o maior número de ME e EPP do país, através do SEBRAE 2007, demonstra que, 27% dessas empresas fecham no primeiro ano, 38% dos empreendimentos encerram suas atividades no segundo ano, 46% fecham antes de completar o terceiro ano, 50% não chegam a completar o quarto ano de existência, 62% fecham até o quinto ano e 64% fecham suas atividades antes de completar o sexto ano de constituição conforme demonstrado no gráfico abaixo:

**Gráfico I - Taxa de mortalidade das empresas no estado de São Paulo**



**Fonte:** 10 anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade das Empresas – SEBRAE SP (2008, p. 20)

Números estes que demonstram a grande instabilidade pela qual vivenciam esses tipos de empresas que só faz aumentar com o passar dos

anos de sua existência levando a uma taxa de 64% de mortalidade em 6 anos de vida.

#### 2.4.1 Fatores que levam a mortalidade prematura das ME e EPP

Segundo dados do SEBRAE 2008, em todo o Brasil, de todas as ME e EPP constituídas anualmente, mais da metade não ultrapassa os cinco anos de vida. Muitos desses empresários, que não tem a verdadeira qualificação para gerenciar seu empreendimento, culpam a enorme burocracia imposta pelo governo para se conseguir um financiamento e a alta taxa de juros como fatores preponderantes para o seu fechamento.

De acordo com SALLES *apud* SEBRAE – SP (2008, p. 54):

“... não é possível atribuir a um único fator a causa da mortalidade das empresas. O que ficou evidente é que, a exemplo do que ocorre com frequência nos acidentes aéreos, o fechamento das empresas está associado a um conjunto de “fatores contribuintes.”

Percebe-se que não existe um fator preponderante para o fechamento prematuro das ME e EPP, vários são os fatores que em conjunto levam a essa consequência.

Para Chiavenato (2008, p. 15) “nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e perigos não faltam.” Para tanto, este fez um estudo que levanta os principais motivos que levam a mortalidade prematura dessas empresas de acordo com o quadro a seguir:

**Quadro VIII – As causas mais comuns de falhas nos negócios**

Motivo	%
Inexperiência	72%
Fatores Econômicos	20%
Vendas Insuficientes	11%
Despesas Excessivas	8%

Fonte: Chiavenato (2008, p. 15)

De acordo com estudo realizado por Chiavenato conforme demonstrado na tabela acima se percebe que 71% das causas que levam a mortalidade prematura das ME e EPP estão associadas à inexperiência profissional dos gestores dessas entidades e pode-se subdividi-la em três motivos:

- Falta de planejamento prévio acerca do mercado consumidor;
- Despreparo para gestão empresarial;
- Pouca importância a contabilidade.

- **Falta de Planejamento Prévio acerca do mercado consumidor:**

Antes de se constituir qualquer empreendimento, é necessário que todo e qualquer empreendedor, faça uma análise prévia do mercado consumidor que o empresário terá a sua disposição. Com as realizações de um plano de negócio, levando em consideração pontos fundamentais como: o mercado consumidor, o preço do produto ou serviço, o ponto de negócio, entre outros.

- **Despreparo para Gestão Empresarial:**

Muitos empreendedores lançam-se ao mercado, muitas das vezes sem fazer um plano de negocio e com pouca ou nenhuma qualificação para gerir seu empreendimento. Não tendo, um fluxo de caixa, noções sobre comercialização, um controle financeiro adequado ao produto ou serviço prestado, um controle de estoque, entre outros. Muitas das vezes utilizando-se de conhecimentos adquiridos no cotidiano ou experiências vivenciadas.

- **Pouca Importância a Contabilidade:**

Talvez o principal motivo para o fracasso prematuro das empresas, seja o fato de muitos dos gestores das ME e EPP vêem a Contabilidade apenas como um setor para cumprimento das obrigações impostas pelo governo, para registros fiscais. Muitas das vezes, contratam escritórios para fazer os demonstrativos necessários, sem qualquer análise destes.

Não sabendo que, muitos dos problemas financeiros enfrentados no cotidiano pelas ME e EPP poderiam ser resolvidos com a análise desses demonstrativos. Pois, a Contabilidade é o setor responsável pela observância dos problemas econômicos da entidade, fornecendo informações de extrema importância para decisões presentes ou futuras da empresa.

Pensando nisso, o CFC juntamente com o SEBRAE lançou o projeto nacional “Contabilizando Sucessos”, que tem como principal objetivo formar contadores capazes de auxiliar os micro e pequenos empresários prestando informações de forma clara e precisa para que estes tomem suas decisões na gestão de suas empresas.

Para tanto, faz-se necessário que o administrador dessas empresas reconheça a verdadeira importância da Contabilidade para o futuro de sua empresa, saber como analisar, interpretar e gerir as informações contidas nos demonstrativos contábeis.

### **3 A CONTABILIDADE E SEU PAPEL NAS EMPRESAS**

A Contabilidade tem um papel primordial para a sobrevivência de toda e qualquer empresa, em especial no auxílio aos gestores das ME e EPP que não dispõem de toda capacidade necessária para gerir suas empresas.

Para Franco (1997, p. 21):

“a Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos com o fim de fornecer informações e orientação necessária a tomada de decisão, sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.”

Nesse aspecto, o autor afirma que o objetivo da contabilidade está focado no fornecimento de informações e orientações pertinentes as necessidades dos mais variados tipos de usuários. Nesse caso, pode-se perceber que as atribuições do contador não estão apenas restritas em prestar contas das empresas ao governo, como boa parte dos administradores das ME

e EPP entendem, mas atende a uma série de funções conforme demonstra o Decreto-Lei nº 9295, de 27 de maio de 1946, em seu artigo 25:

**Art. 25.** São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Conforme a lei supracitada é sabida que as atribuições de um contador não se restringem apenas as funções técnicas dentro de uma organização, mas também funções consultivas, reflexivas, analíticas, etc., além do fornecimento de informações essenciais ao gestor para auxiliá-los em suas futuras decisões.

Com o advento da globalização, em que as informações a serem tomadas devem ser minuciosamente analisadas e com a maior brevidade possível, embasadas com a maior quantidade de detalhes possíveis, muitos contadores tem-se aperfeiçoado para conceder aos empresários, informações não apenas de ordem financeira, mas contendo vários dados de outras ciências.

Segundo Lopes e Martins (2005, p.95):

[...] podemos identificar duas atividades básicas que devem ser realizadas para que as corporações atinjam seus objetivos: coordenação e motivação. As várias atividades da firma precisam ser adequadamente coordenadas e os gestores e demais envolvidos precisam estar motivados para a realização de suas funções. Para a realização dessas funções, um elemento é primordial: informação. Para que as atividades sejam bem coordenadas, os gestores precisam receber informações sobre seu desenvolvimento. Para que esses mesmos gestores adequadamente motivados, é necessário que sistemas [...] sejam implementados como base para a remuneração. Assim, as firmas precisam de sistemas capazes de fornecer informações com a finalidade de coordenação e motivação dos agentes econômicos envolvidos em suas atividades. Daí surge a contabilidade gerencial.

Informações gerenciais completas dos mais variados tipos de atividades, de natureza gerencial, contábil, estatística, etc., deixando a informação antes

meramente financeira mais rica em conteúdo, surgindo assim, mais uma ramificação da contabilidade, a contabilidade gerencial.

### **3.1 A Contabilidade Gerencial**

Em um mercado cada vez mais competitivo, é imprescindível que os empresários tomem decisões cada vez mais complexas e variadas. A Contabilidade Gerencial tem a capacidade de auxiliar esses empresários nesses momentos com a prestação de informações que mesclam a contabilidade financeira com diversas áreas de conhecimento para as diversas áreas da empresa.

Segundo Ludícibus (1998, p.21):

“Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a varias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na analise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório”.

Na Contabilidade Gerencial, a função financeira do contador ainda continua como base de suas atribuições, porém, estes profissionais não se aтем a apenas esse segmento, incrementam para si, noções de outras áreas tais como: marketing, estatística, administração entre outras ciências que servirão de suporte para a elaboração de relatórios aos gestores das empresas em suas tomadas de decisões. Relatórios esses com um maior embasamento e focado para a área ou departamento de interesse do gestor, o auxiliando em sua gestão estratégica, projeções, análises e execução dos objetivos da empresa.

Segundo Padoveze (2007, p. 09) "A Contabilidade Gerencial mudou o foco da Contabilidade, passando dos registros e análises das transações financeiras para a utilização da informação para decisões, afetando o futuro".

Com o advento da globalização, é imperativo que as empresas estejam preparadas para enfrentar a forte concorrência, a velocidade e qualidade das informações sobre o mercado cotidianamente. Para isso, independentemente do porte da empresa, é necessário que estas tenham consigo profissionais preparados para conceder suporte aos gestores em suas tomadas de decisões.

Ainda para Padoveze (1996, p. 32):

“o uso da informação contábil é ponto fundamental como ferramenta na administração. Para que a informação contábil tenha uso no processo de administração, é necessário que essa informação contábil seja desejada e útil para as pessoas responsáveis pela administração.”

Percebe-se que o contador, dentro da contabilidade gerencial, passa a ter mais uma função administrativa do que meramente contábil, terá a função de auxiliar de modo direto o gestor das empresas na tomada das suas decisões e em várias empresas, esse profissional é o responsável pela gerencia de diversos departamentos.

Deixa de existir a velha figura do contador meramente financeiro e passa a surgir a figura do contador gerencial ou controller, já bastante difundido nas Grandes e Médias Empresas, porém, em contrapartida, quase inexistentes nas ME e EPP que são as que de certa forma, mais necessitam desses profissionais.

Também conhecido como Contador Gerencial, o Controller é o profissional responsável em auxiliar os gestores das empresas com informações amplas e diversificadas dos mais variados departamentos das empresas, através de seus sistemas de informações.

O contador gerencial é definido pelo IFAC – International Federation of Accounting (Federação Internacional de Contabilidade) como um profissional que:

“... identifica, mede, acumula, analisa, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos”.

De acordo com a definição do IFAC, o controller é o profissional responsável pela análise de todos os segmentos da empresa para emitir relatórios aos gestores para suas tomadas de decisões, relatórios esses contendo dados financeiros, administrativos e operacionais. Portanto, esse profissional deve entender a empresa como um todo para a emissão de seus pareceres e contar com um bom sistema de informações acerca dos operacionais da empresa.

Nash e Roberts, *apud* Nakagawa (1993, p. 63), definem de forma interessante o sistema de informação para as organizações.

“O sistema de informações é uma combinação de pessoas, facilidades, tecnologias, mídias procedimentos e controles, com as quais se pretende manter canais de comunicações relevantes, processar transações rotineiras, chamar a atenção do gerente e outras pessoas para eventos internos e externos significativos e assegurar as bases para tomadas de decisão inteligentes.”

É por intermédio dos sistemas de informações das empresas que os contadores gerenciais ou controllers fazem seus relatórios contábeis. Para tanto, faz-se necessário que o controller tenha o total conhecimento de toda a vida cotidiana da empresa, dos sistemas utilizados até os colaboradores existentes.

### **3.2 Diferenças entre Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial**

Conforme dito anteriormente, a Contabilidade nos últimos anos vem sofrendo um processo de mudanças e adaptações as condições exigidas pelo mercado atual. Contadores que apenas enfocavam suas informações baseado em dados financeiros passaram a ter que se especializarem a serem capazes de fornecer informações mais amplas, contemplando dados extraídos de outras ciências.

A Contabilidade Financeira assim como a Contabilidade Gerencial são vertentes da Contabilidade Geral, a primeira bastante conhecida e utilizada por

todos os tipos de empresa e a segunda mais usual nas médias e grandes empresas embora de forma ainda recente.

Para Padoveze (2008, p.36):

“Os métodos da contabilidade financeira e da contabilidade gerencial foram desenvolvidos para diferentes propósitos e para diferentes usuários das informações financeiras. Há, contudo, numerosas similaridades e áreas de sobreposição entre os métodos da contabilidade financeira e gerencial.

Verifica-se que, são notórias as diferenças existentes entre essas duas ramificações da Contabilidade, cada um com suas particularidades embora com o mesmo objetivo, o de fornecer informações adequadas a cada tipo de usuário.

Para Atkinson et al (2000, p. 37) “[...] a informação contábil-financeira comunica aos agentes externos as conseqüências das decisões e das melhorias dos processos executadas por administradores e funcionários.

O foco da contabilidade financeira é o público externo, com o objetivo de mostrar-lhes “o que” a empresa fez e “como” o fez.

Ainda para Atkinson et al. (2000, p. 36) “a contabilidade gerencial deve fornecer informações econômicas ao público interno, tais como operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos seniores.”

Já o foco da contabilidade gerencial é o público interno em todos os seus níveis, contemplando-os com diversos enfoques e operações sobre o funcionamento da empresa.

A tabela I mostra as principais diferenças entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira:

**Tabela I - Comparação entre Contabilidade Gerencial e Financeira**

<b>Fator</b>	<b>Contabilidade Financeira</b>	<b>Contabilidade Gerencial</b>
Usuários dos relatórios	Externos e internos	Internos
Objetivo dos relatórios	Facilitar a análise financeira para as necessidades dos usuários externos.	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão internamente.
Forma dos relatórios	Balço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Demonstração dos Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custo, relatórios especiais mão rotineiros para facilitar a tomada de decisão
Freqüência dos relatórios	Anual, trimestral e ocasionalmente mensal	Quando necessário pela administração
Custos ou valores utilizados	Primariamente históricos (passados)	Históricos e esperados (previstos)
Bases de mensuração usadas para quantificar os dados	Moeda corrente	Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira – moeda forte, medidas físicas, índices, etc.
Restrições nas informações produzidas	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos	Nenhuma restrição, exceto as determinadas pela administração
Arcabouço teórico e técnico	Ciência Contábil	Utilização pesada de outras disciplinas, como economia, finanças, estatística, pesquisa operacional e comportamento organizacional
Características da informação fornecida	Deve ser objetiva (sem viés), verificável, relevante e a tempo	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão
Perspectiva dos relatórios	Orientação histórica	Orientação para o futuro para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato)

Fonte: Padoveze 2008, p.36-37

As diferenças entre os dois segmentos da Contabilidade são bastante significativas e ambas são necessárias dentro de uma organização. Dado a velocidade das informações do mundo atual globalizado, as ME e EPP, assim como as Médias e Grandes Empresas devem se atualizar e utilizar os benefícios produzidos por essas duas vertentes da Contabilidade para poder se manter estáveis no mercado.

### 3.3 Necessidade das informações gerenciais para as ME e EPP

Um dos principais motivos para o fechamento prematuro de muitas ME e EPP, conforme mencionado anteriormente é a pouca importância que os administradores dessas empresas dão a Contabilidade. Esses gestores vêem a Contabilidade apenas como um setor burocrático para cumprir as exigências do governo, contratando muitas das vezes escritórios de contabilidade para atender apenas a essas exigências, que por sua vez não se preocupam em fornecer nada a mais de informação que possa ser útil a sobrevivência da empresa contratante.

Segundo Longenecker (1997, p.515):

[...] os administradores precisam ter informações precisas, significativas e oportunas, se quiserem tomar boas decisões. Isso é particularmente verdadeiro quando se rederem as necessidades de informações financeiras sobre as operações da empresa. A experiência sugere que a falta de aptidão em sistemas contábeis é um fator básico de insucesso entre pequenas empresas.

Verifica-se a grande importância da existência de um setor contábil bastante compacto dentro das organizações, principalmente nas ME e EPP que, em geral, não possuem administradores/gestores com conhecimento adequado de gestão. A Contabilidade é o setor responsável pelo fornecimento de informações de ordem qualitativa e quantitativa do patrimônio da empresa por ela mensurada, informações essas, que se bem analisadas, podem orientar aos gestores em suas futuras decisões.

Muitas das decisões tomadas pelos gestores das ME e EPP são de ordem subjetiva, muitas das vezes levando em consideração o lado emocional, deixando essas empresas frágeis administrativamente.

Para a COSIF:

A Contabilidade Gerencial é a parte da Contabilidade, que se refere ao fornecimento de informações e de subsídios para a tomada de decisão de caráter corrente e de natureza estratégica. Permite também efetuar as avaliações de desempenho e fixação do preço de venda baseado no custo, no mercado e no concorrente.

Verifica-se que a Contabilidade Gerencial é a grande responsável pelo fornecimento de informações para o gestor tomar suas decisões que,

empossado desses dados os gestores das ME e EPP estarão mais preparados para enfrentar o mercado pois terão consigo dados passados e atualizados sobre sua empresa podendo fazer uma análise comparativa de seu crescimento próprio e frente a concorrência para a elaboração de estratégias para seu crescimento.

Para ATKINSON et al. (2000, p. 798):

A Contabilidade Gerencial é o processo de produzir informação operacional e financeira para funcionários e administradores. O processo deve ser direcionado pelas necessidades informacionais dos indivíduos internos da empresa e deve orientar suas decisões operacionais e de investimentos.

Portanto, torna-se necessário que os micro e pequenos empresários vejam a contabilidade gerencial como fundamental para a sua sobrevivência assim como a contabilidade financeira como alicerce básico para toda e qualquer tomada de decisão.

A análise das demonstrações financeiras para todos os tipos de empresa tornou-se essencial, pois é a partir dela que se pode verificar a deficiência de seus negócios, para posterior elaborar uma solução viável.

Destaca-se na área da Contabilidade Gerencial a análise e interpretação também realizada nas Demonstrações Contábeis como o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa, etc. Realizados de forma simplificados, dado a pouca movimentação existente nas ME e EPP em consonância com as Grandes e Médias Empresas. Com a elaboração de índices e formulas com o objetivo de se verificar os resultados mercantis (lucro, prejuízo financeiro, dependência financeira, etc.) e suas perspectivas.

### **3.3.1 A relevância da análise das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras mostram a situação econômica e financeira da empresa no período analisado, servindo de base para todo e qualquer planejamento estratégico e operacional da empresa.

Segundo o IBRACON NPC 27:

"... as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados."

As demonstrações contábeis ou financeiras nas empresas são apuradas mediante o Regime de Competência, ou seja, independentemente de pagamentos ou recebimentos, mas escriturado mediante a ocorrência do fato gerador. De extrema importância para toda empresa, pois servem de base para toda análise financeira.

O CRCRO define a importância das Demonstrações Contábeis como:

A contabilidade, por meio das Demonstrações Contábeis, permite aos gestores compreender a estrutura patrimonial das empresas por reunir relevantes informações necessárias para se administrar com competência suas atividades operacionais.

Para tanto, é necessário que o administrador e o contador da empresa tenham o conhecimento necessário para sua análise e interpretação. Dado o fato de através dessa análise, os gestores podem verificar a real situação da empresa, ou seja, se a gestão está sendo feita de acordo com o planejado.

De acordo com a LC nº 123/06 mais precisamente em seu art. 27, conforme já comentado anteriormente, fica facultado as ME e EPP optantes pelo SIMPLES a escrituração contábil de forma simplificada para seus registros e controles.

Segundo o CFC (2008, p.83):

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que, opcionalmente adotarem a Escrituração Contábil Simplificada estão obrigadas à elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, sendo-lhes facultada a confecção das demais demonstrações previstas na legislação societária.

A opção da adoção da simplificação das demonstrações contábeis para as ME e EPP dar-se-á devido o fato de estas não realizarem movimentações volumosas como as médias e grandes empresas, porém necessária, dado sua extrema importância para o desenvolvimento das ME e EPP por motivos antes citados.

## a) Balanço Patrimonial Simplificado

O Balanço Patrimonial tem por finalidade demonstrar a situação patrimonial e financeira da empresa em um determinado período. É uma fotografia da empresa num dado momento, apresentando de forma resumida como está a empresa econômico-financeiramente naquele momento.

Para Padoveze (2008, p.189) “A análise de balanço ou análise financeira é um dos instrumentos mais importantes no processo de gerenciamento contábil global”.

É de extrema importância a análise do BP, pois através deste pode-se saber como está sendo gerido todo o processo produtivo, como estão ocorrendo as aplicações dos recursos, onde estão sendo mais rentáveis, o quanto de estoque ainda existe, entre diversas avaliações que podem ser feitas através de uma análise minuciosa desse demonstrativo contábil.

Ludícibus (1998, p. 133) define a importância do BP como:

A grande importância do Balanço reside na visão que ele dá das aplicações de recursos feitas pela empresa (Ativo) e quanto desses recursos são devido a terceiros (Passivo). Isso evidencia o nível de endividamento, a liquidez da empresa, a proporção do capital próprio (Patrimônio Líquido)... A visão de dois balanços consecutivos mostra facilmente a movimentação ocorrida no período e como a estrutura patrimonial e financeira se modificou no período.

Para se analisar um BP, todo e qualquer micro empresário ou empresário de pequeno porte tem que conhecê-lo, da sua composição a sua função. O Balanço Patrimonial elenca os dados relevantes aos bens, direitos e obrigações da entidade, separando-os em:

- **Ativo:** grupo que agrupa as contas referentes os bens e direitos em propriedade ou sob seus controles com a finalidade de gerar benefícios imediatos ou futuros para a empresa. Pode ser entendido como as contas de aplicação dos recursos da empresa.

Segundo Ludícibus e Marion (1999, p.45), “Ativo, pode ser conceituado como algo que possui um potencial de serviços em seu bojo, para a entidade capaz, direta ou indiretamente, mediata ou no futuro, de gerar fluxos de caixa”.

O Ativo agrupa suas contas em ordem decrescente de grau de liquidez, ou seja, em grau decrescente em ser transformado em moeda.

- **Passivo:** grupo que agrupa as contas referente as obrigações da empresa para com terceiros. Pode ser entendido como sendo a origem dos recursos aplicados para a aquisição dos bens e direitos do grupo do Ativo, sendo assim, as exigibilidades da empresa.

De acordo com a lei 6404/76 em seu artigo 180:

As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para a aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível a longo prazo, se tiverem vencimentos em prazo maior.

As contas do grupo do passivo são elencadas de acordo com seu grau de exigibilidade, ou seja, de acordo com o prazo de pagamento das mesmas.

- **Patrimônio Líquido:** esse grupo caracteriza-se como sendo a diferença entre Ativo e Passivo, ficando do lado do Passivo no Balanço Patrimonial devido o fato de ser constituído das exigibilidades da empresa perante seus sócios e acionistas. Nesse grupo é o local onde inseri-se o resultado operacional da empresa.

Para Iudícibus (2000, p. 169) "... o patrimônio líquido pode ser simplesmente definido como a diferença, em determina momento, entre o valor do ativo e do passivo, atribuindo-se a este ultimo a conotação restritiva de dívidas e obrigações."

O Balanço Patrimonial é composto por diversos grupos e subgrupos que devem ser utilizados de acordo com a necessidade de cada tipo de empresa, porém organizados de forma padrão, no Ativo ordenado de acordo com o grau de liquidez e no Passivo de acordo com o grau de exigibilidade.

Para as ME e EPP no qual a movimentação não é tão grande como nas grandes empresas, vários contadores utilizam o Balanço Patrimonial Simplificado elencando as contas em apenas alguns subgrupos de acordo com a necessidade.

O Balanço Patrimonial tem seus grupos separados em níveis, ou seja, quanto mais níveis tiverem a Demonstração Contábil mais analítico ele será.

Nas ME e EPP geralmente utiliza-se até o segundo nível em cada grupo, porém poderá variar com os tipos de operações das empresas.

O Quadro IX representa um modelo de Balanço Patrimonial Simplificado adotado por algumas ME e EPP:

**Quadro IX - Balanço Patrimonial (BP) – modelo simplificado de registro de ativos, passivos e patrimônio líquido.**

<b>Ativo</b>	<b>Posição em 31/12/x4</b>	<b>Posição em 31/01/x5</b>	<b>Posição em 28/02/x5</b>	<b>Posição em 31/03/x5</b>	<b>Posição em 30/04/x5</b>
<b>Circulante</b>					
Caixa					
Bancos					
Duplicatas a receber					
( - ) Devedores Duvidosos					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Empréstimos concedidos					
Títulos a receber					
<b>Permanente</b>					
Investimentos					
Imóveis					
Veículos					
Móveis e utensílios					
Máquinas e equipamentos					
( - ) Depreciação					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>					
<b>Passivo</b>	<b>Posição em 31/12/x4</b>	<b>Posição em 31/01/x5</b>	<b>Posição em 28/02/x5</b>	<b>Posição em 31/03/x5</b>	<b>Posição em 30/04/x5</b>
<b>Circulante</b>					
Fornecedores a pagar					
Salários a pagar					
Impostos a pagar					
Empréstimos obtidos					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Financiamentos de longo prazo					
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>					
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Posição em 31/12/x4</b>	<b>Posição em 31/01/x5</b>	<b>Posição em 28/02/x5</b>	<b>Posição em 31/03/x5</b>	<b>Posição em 30/04/x5</b>
Capital Social					
Lucros/Prejuízos acumulados					
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					

**Fonte:** Instrumento de Apoio Gerencial – SEBRAE

Abordando todas as contas patrimoniais da empresa, o BP Simplificado demonstra os valores dos bens, direitos e obrigações da empresa e sua

movimentação na mesma, podendo ser feito mediante comparação dos valores em dia, mês ou ano.

### **b) Demonstração de Resultado Simplificado**

A Demonstração de Resultados é o demonstrativo contábil que evidencia as contas que impactam diretamente no lucro ou prejuízo da empresa, aumentando ou diminuindo o valor do Patrimônio Líquido da entidade.

Para Matarazzo (1995, p. 47):

“A demonstração do resultado do Exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causadas no Patrimônio Líquido pelas operações ativas da empresa. As receitas representam normalmente aumento no Ativo, através de ingressos de novos elementos, como duplicatas a receber ou dinheiro proveniente das transações. Aumentando o Ativo, aumenta o Patrimônio Líquido. As despesas representam redução do Patrimônio Líquido, através de um entre dois caminhos possíveis: redução do Ativo ou aumento do Passivo Exigível”

O lucro é o principal objetivo de toda empresa, e este é destinado a uma série de atividades dentro de uma organização, que vai desde o pagamento dos salários dos colaboradores até o prosseguimento do processo produtivo.

O lucro ou prejuízo é apurado através das receitas, deduzido dos custos e despesas ocorridas durante o ciclo produtivo ou operacional, e na DRE é apurado mediante o regime de competência assim como no Balanço Patrimonial.

Para a COSIF:

“A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo, dele sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo.”

Da DRE se extraí todas as informações possíveis da empresa com relação a sua operacionalidade, a receita, as despesas, etc. Assim como no BP, a DRE também é separada em grupos e em níveis, no qual quanto maior for o número de níveis, mais informações ela irá conter.

O Quadro X mostra um modelo de DRE simplificada destinada as ME e EPP:

**Quadro X** - Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) – modelo simplificado de registro de receitas e despesas e apuração de resultados.

DRE	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior
Receita Bruta	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Vendas					
Outras Receitas					
( - ) Impostos sobre Faturamento	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
ISS					
PIS					
COFINS					
Receita Líquida	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
( - ) Custo dos Serviços Prestados	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Mão de obra direta					
Material					
Lucro Bruto	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
( - ) Despesas	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Despesas com Vendas					
Despesas Administrativas					
Despesas Financeiras					
Depreciação					
Lucro Antes do Imposto de Renda	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
( - ) Imposto de Renda					
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Fonte: Instrumento de Apoio Gerencial – SEBRAE

Assim como o BP simplificado, a DRE simplificada demonstra todas as contas de resultado da empresa, seus valores e suas movimentações podendo-se verificar as riquezas geradas e as despesas consumidas separados em períodos para verificar suas mutações.

### c) Demonstração de Fluxo de Caixa Simplificado

De acordo com dados do SEBRAE 2008, um dos principais motivos para o fechamento precoce de várias ME e EPP é a falta de controle gerencial para as contas da empresa.

Muitos empresários e muitos contadores não dão a verdadeira importância para o controle do fluxo de caixa das empresas, o primeiro pelo

fato de muitos não saberem fazer esse controle e o segundo por acreditar que não é de sua responsabilidade, não sabendo estes que, este simples controle é de vital importância para a sustentação de uma empresa nesse mercado cada vez mais competitivo. Este problema foi identificado por Padoveze (2008, p.79):

“[...] é muito comum pensar que o fluxo de caixa é de competência exclusiva do setor financeiro de uma empresa, e que o contador não tem condições para sua elaboração. Raramente vemos o fluxo de caixa sendo elaborado pelo setor da contabilidade. É considerado, inclusive, peça-chave na administração financeira.”

Embora não obrigada sua escrituração para as ME e EPP optantes pelo SIMPLES de acordo com o CFC, é importante que essas entidades mantenham um controle periódico de seu fluxo de caixa através da Demonstração de Fluxo de Caixa, embora que seja de forma simplificada, mediante necessidade de cada tipo de empresa.

A Demonstração de Fluxo de Caixa demonstra a relação das entradas e saídas de recursos disponíveis nos cofres da empresa, englobando os recursos referentes às contas: Caixa, Banco Conta Movimento e as Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata pertencentes ao grupo do Disponível no Ativo do Balanço Patrimonial.

De acordo com (ZDANOWICZ, 2004, p.127):

É importante o planejamento do fluxo de caixa, porque irá indicar antecipadamente as necessidades de numerário para o atendimento dos compromissos que a empresa costuma assumir, considerando os prazos para serem saldados. Com isso, o administrador financeiro estará apto a planejar com a devida antecedência, os problemas de caixa que poderão surgir em consequência de reduções cíclicas das receitas ou aumentos no volume dos pagamentos.

Analisar uma DFC é uma tarefa fácil que permite ao gestor das ME e EPP saber a real situação financeira da empresa, seja perante o passado ou através do intermédio da realização de projeções para o futuro.

Segundo Marion (2008):

Todo mundo tem seu fluxo de caixa. Por mais simples que uma pessoa seja, ela tem de memória quanto entrou de dinheiro no mês e quanto saiu quanto foi gasto. Até uma criança que ganha mesada sabe seu fluxo financeiro.

Utilizada como ferramenta de gestão, a DFC é de fundamental importância para o planejamento e controle financeiro de toda e qualquer

empresa. Através deste, o gestor poderá saber como utilizar o saldo positivo oriundo de suas operações, se para investir no Ativo, para cumprir as exigibilidades do passivo, etc. Pois se sabe que as vendas a prazo gera especulações sobre o seu recebimento ou não, ao contrario das compras a prazo que deverão ser quitadas pontualmente para a não geração de juros.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p.351) a finalidade da DFC é:

As informações da DFC, principalmente quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem:

- a) A Capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- b) A capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos;
- c) A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa;
- d) Os efeitos sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimento e de financiamento, etc.;
- e) Entre outras.

Podendo ser elaborado diariamente, mais indicado para as ME e EPP que tem suas movimentações financeiras reduzidas perante as médias e grandes empresas, a DFC Simplificado, facultado a essas empresas poderá ser realizado pelo contador gerencial ou controller diretamente no seu sistema de informação contábil dado sua necessidade imediata para a operacionalização da empresa (saber o que ela tem a receber e pagar, fazendo o confronto com as datas das operações).

O Quadro XI mostra um modelo de DFC Simplificado que pode ser adotado pelas ME e EPP adaptado de acordo com seu ramo de atividade:

**Quadro XI – Modelo de Fluxo de Caixa Simplificado**

Fluxo de Caixa	Período			
	Janeiro		Fevereiro	
Contas	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
<b>1- Entradas</b>				
Vendas a vista				
Vendas a prazo				
Outras receitas				
<b>Total de Entradas</b>				
<b>2- Saídas</b>				
Compras a vista				
Compras a prazo				
Impostos				
Salários				
Outros pagamentos				
<b>Total de Saídas</b>				
<b>Saldo Inicial</b>				
(+) Total de entradas				
(-) Total de saídas				
<b>(=) Saldo Final</b>				

Fonte: GONCALVES (2007, p.132)

O modelo apresentado sugere um controle da DFC de forma mensal, podendo esta ser feita no período em que for desejado, mediante a necessidade de cada empresa.

As entradas são as dos numerários que entraram nos cofres da empresa, separados em: vendas a vista, vendas a prazo e movimentações envolvendo outras receitas.

As saídas representam os valores dos numerários que saíram dos cofres da empresa separados em: compras a vista, compras a prazo, impostos, salários e outros pagamentos.

O Saldo Inicial representa o valor do montante da diferença entre o total de entrada com o total de saídas de valores durante o período analisado.

O Saldo Final representa o montante disponível, seja resultado positivo ou negativo.

Os aumentos das contas do Passivo Circulante e diminuição nas contas do Ativo Circulante representam diminuição de Caixa e o inverso representa aumento de caixa.

Através dessas Demonstrações Contábeis, os contadores podem elaborar diversos cálculos de índices ou indicadores financeiros sobre elementos essenciais constantes nesses relatórios que irão facilitar o administrador ou gestor das ME ou EPP em sua tomada de decisões.

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou as principais definições utilizadas pelos órgãos que auxiliam as ME e EPP em diversos aspectos, dado a falta de um conceito legal para estas.

Evidenciou também, a importância que estas empresas têm no cenário econômico nacional e sua contribuição perante as demais classes de empresas.

Mostra o avanço da legislação específica – a lei do SIMPLES, suas contribuições e sua grave lacuna deixada para o crescimento desses tipos de empresas no tocante a faculdade da utilização por parte desses empreendimentos de uma contabilidade bem estruturada, fazendo com que os micros empresários e empresários de pequeno porte vejam o setor contábil como seu aliado.

Evidenciou a importância da utilização da contabilidade por estas empresas, com enfoque dado para as várias atribuições que o contador pode dar para essas empresas, que não se restringe a apenas o cumprimento das obrigações fiscais, mas a uma série de funções.

Falou de umas das vertentes que vem mais se difundindo entre todos os tipos de empresas, a Contabilidade Gerencial, citando a importância da utilização desta para a sobrevivência e engrandecimento especialmente das ME e EPP dentro do mercado globalizado atual com a utilização das principais demonstrações contábeis e suas formas de mensuração através de índices.

Deixando assim para trás a figura do contador meramente financeiro e dando ênfase ao contador dinâmico ou seja, o controller, dotado de conhecimento em várias áreas, sendo um verdadeiro aliado dos micro e pequenos empresários em sua gestão empresarial.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Imposto de renda das empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ANHOLON, Rosely. et al. **Características Administrativas de Micro e Pequenas Empresas**: confronto entre teoria e prática. Artigo Científico. Metrocamp, São Paulo: 2007.

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**. Tradução de André Olímpio Masselman Du Chenoy Castro. Revisão Técnica de Rubens Fama. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BARRETO, Luiz. **Entrevista concedida pelo presidente do SEBRAE Nacional**. São Paulo, 10/02/2011.

BNDES. In: **porte de empresa**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Nabegacao\\_Suplementar/Perfil](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Nabegacao_Suplementar/Perfil)> acesso em 20/03/2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais. 6. ed. Ver., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del9295.htm>> Acesso em: 20/05/2011.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Estatuto Nacional das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em: 23/05/2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Sociedades por Ações**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)>  
Acesso em: 25/05/2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. **Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPES**. Disponível em:  
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei931796.htm>>  
Acesso em: 24/05/2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2002/lei10406.htm>>  
Acesso em 23/05/2011.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. **Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequenas Empresas**. Brasília, 2008.

CHÉR, Rogério. **A gerência das pequenas e médias empresas: o que saber para administrá-las**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Maltese, 1991.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSIF eletrônico – Portal de Contabilidade. In: **Contabilidade Gerencial**. Disponível em:  
<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilgerencial02#defcontgere>  
[nc](#)> Acesso em 25/05/2011.

\_\_\_\_\_. In: **Demonstração do Resultado do Exercício**. Disponível em:  
<<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabil06resultexerc#resultado>  
> Acesso em 20/05/2011.

CRC-RO. **Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.crcro.org.br/crcmx/principal2.aspx?id=172>> Acesso em: 25/05/2011

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. Ed. Atlas: São Paulo, 1997.

GONÇALVES, Márcia Regina. **Os controles financeiros como ferramenta do processo de decisão nas micro e pequenas empresas**. 2007. 140f. Monografia. Universidade de Taubaté. 2007.

IBRACON. In: Portal de Contabilidade. **Demonstrações Contábeis (ou Financeiras)**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm>> Acesso em: 20/05/2011

IFAC. In: Portal de Contabilidade. **O perfil do profissional contábil**. Disponível em: <[http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/contador\\_gerencial.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/contador_gerencial.htm)> Acesso em: 26/05/2011

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998

\_\_\_\_\_ ; MARION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_ ; MARTINS, Eliseu; GELBECKER, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável as demais sociedades. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAURENTINO, A.J. et al. **A Importância da Contabilidade Gerencial para as Micro e Pequenas Empresas no Século XXI no Brasil**. Dissertação de mestrado, FAE Centro Universitário. Cutiba: 2008.

LONGENECKER, Justin G.; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. Willian. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Markron Books, 1997.

LOPES, Alexandre Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a Controladoria**: conceitos, sistemas, implementações. Série Gecon. São Paulo. Atlas, 1993.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: Um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistemas de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação/ Clovis Luís Padoveze – São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SEBRAE. **Pesquisa dos fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas**. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_ PR. Módulo II – **Quem são as pequenas empresas**. Não paginado

\_\_\_\_\_. In: Estudos e Pesquisas. **Micro e Pequenas Empresas em Números**. São Paulo. Disponível em:  
<<http://www.sebraesp.com.br/TenhoUmaEmpresa/Biblioteca/OutrosConteudos/EstudosEPesquisas/MPEsEmNumeros/Paginas/MPEsEmNumeros.aspx>>  
Acesso em: 25/05/2011.

\_\_\_\_\_. In: Estudos e Pesquisas. **Participação micro emprego novembro 2010**. São Paulo. Disponível em:  
[http://www.mte.gov.br/observatorio/participacao\\_micro\\_emprego\\_novembro\\_2010.pdf](http://www.mte.gov.br/observatorio/participacao_micro_emprego_novembro_2010.pdf)> Acesso em: 24/05/2011.

\_\_\_\_\_. In: Biblioteca SEBRAE. **Instrumento de Apoio Gerencial**. Disponível em:  
<[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/cab3f008df2e175e03256d110062efc4/c714a9925bef142803256f9e0047f2d6/\\$FILE/NT000A382A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/cab3f008df2e175e03256d110062efc4/c714a9925bef142803256f9e0047f2d6/$FILE/NT000A382A.pdf)>  
Acesso em: 23/05/2011

WARREN, Carlos S. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Pioneira, 2001

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**: uma decisão de planejamento e controle financeiro. 10. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004

**ANEXO A - RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.115/07**

*NBC T 19.13 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.*

**O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que definiu o conceito de microempresa e empresa de pequeno porte para as sociedades empresárias, sociedades simples e empresário, a que se refere o art. 966 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**CONSIDERANDO** o art. 27 da Lei Complementar nº. 123/06 que permite às microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo simples nacional, a adotarem escrituração simplificada para os registros e controles das operações realizadas.

**CONSIDERANDO** que as microempresas e empresas de pequeno porte, definidas na Lei Complementar nº. 123/06, mesmo não optantes pelo simples nacional, poderão também adotar a escrituração contábil simplificada.

**CONSIDERANDO** que a expressão “contabilidade simplificada” adotada na Lei nº. 123/06 e na Lei nº. 10.406/02 deve atender às Normas Brasileiras de Contabilidade.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aprovar a NBC T 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 14 de dezembro de 2007.

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim  
Presidente

Ata CFC nº. 907

## **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

### **NBC T 19 – ASPECTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS**

#### **19.13 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Conteúdo	Item
Disposições gerais	1-3
Formalidades da escrituração	4-6
Demonstrações contábeis	7-9
Plano de Contas simplificado	10-13

#### **NBC T 19.13 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL SIMPLIFICADA PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

##### **Disposições Gerais**

1 Esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos a serem observados pela entidade para a escrituração contábil simplificada dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico.

2 Esta norma aplica-se a entidade definida como empresário e sociedade empresária enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

3 A permissão legal de adotar uma escrituração contábil simplificada não desobriga a microempresa e a empresa de pequeno porte a manter

escrituração contábil uniforme dos seus atos e fatos administrativos que provocaram ou possam vir a provocar alteração do seu patrimônio.

### **Formalidades da Escrituração**

4 A escrituração contábil deve ser realizada com observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as disposições contidas nesta norma, bem como na NBC T 2.1, NBC T 2.2, NBC T 2.3, NBC T 2.4, NBC T 2.5, NBC T 2.6, NBC T 2.7 e NBC T 2.8, excetuando-se, nos casos em que couber, as disposições previstas nesta norma no que se refere a sua simplificação.

5 As receitas, despesas e custos devem ser escriturados contabilmente com base na sua competência.

6 Nos casos em que houver opção pelo pagamento de tributos e contribuições com base na receita recebida, a microempresa e empresa de pequeno porte devem efetuar ajustes a partir dos valores contabilizados, com vistas ao cálculo dos valores a serem recolhidos.

### **Demonstrações Contábeis**

7 A microempresa e a empresa de pequeno porte devem elaborar, ao final de cada exercício social, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, em conformidade com o estabelecido na NBC T 3.1, NBC T 3.2 e NBC T 3.3.

8 É facultada a elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Notas Explicativas, estabelecidas na NBC T 3.4, NBCT 3.5, NBCT 3.6 e NBC T 6.2.

9 O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado devem ser transcritos no Livro Diário, assinados por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo empresário, conforme dispõe a NBC T 2, item 2.1.4.

### **Plano de Contas Simplificado**

10 O Plano de Contas, mesmo que simplificado, deve ser elaborado levando em consideração as especificidades, porte e natureza das atividades e operações a serem desenvolvidas pela microempresa e empresa de pequeno porte, bem como em conformidade com as suas necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais.

11 O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, 04 (quatro) níveis, conforme segue:

(a) Nível 1: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Receitas, Custos e Despesas.

(b) Nível 2: Ativo: Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente.

Passivo e Patrimônio Líquido: Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido.

Receitas: Receita Bruta, Deduções da Receita Bruta, Outras Receitas Operacionais e Receitas Não Operacionais.

Custos e Despesas Operacionais e Não Operacionais.

(c) Nível 3: Contas que evidenciem os grupos a que se referem, como por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo Circulante

Nível 3 – Bancos Conta Movimento

(d) Nível 4: Sub-contas que evidenciem o tipo de registro contabilizado, como por exemplo:

Nível 1 – Ativo

Nível 2 – Ativo Circulante

Nível 3 – Bancos Conta Movimento

Nível 4 – Banco A

12 O Plano de Contas Simplificado deve contemplar, pelo menos, a segregação dos seguintes valores:

- (a) Receita de Vendas de Produtos, Mercadorias e Serviços;
- (b) Devoluções de Produtos, Mercadorias e Serviços Cancelados;
- (c) Custo dos Produtos Vendidos;
- (d) Custo das Mercadorias Vendidas;
- (e) Custo dos Serviços Prestados;
- (f) Despesas Operacionais, relativas aos demais gastos necessários à manutenção das atividades econômicas, não incluídas nos custos;
- (g) Outras Receitas Operacionais;
- (h) Receitas Não Operacionais; e
- (i) Despesas Não Operacionais.

13 O Plano de Contas Simplificado deve conter, no mínimo, o elenco de contas descrito no Anexo I, além de sua função e funcionamento.

Anexo I

### **Plano de Contas Simplificado**

#### **Elenco de Contas**

Códigos	Nome das contas
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Caixa
1.1.1.01	Caixa Geral
1.1.2	Bancos C/Movimento
1.1.2.01	Banco A
1.1.3	Contas a Receber

1.1.3.01	Clientes
1.1.3.02	Outras Contas a Receber
1.1.3.09	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
1.1.4	Estoque
1.1.4.01	Mercadorias
1.1.4.02	Produtos Acabados
1.1.4.03	Insumos
1.1.4.04	Outros
1.2	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
1.2.1	Contas a Receber
1.2.1.01	Clientes
1.1.2.02	Outras Contas
1.3	PERMANENTE
1.3.1	INVESTIMENTOS
1.3.1.01	Participação em Cooperativas
1.3.2	IMOBILIZADO
1.3.2.01	Terrenos
1.3.2.02	Construções e Benfeitorias
1.3.2.03	Máquinas e Ferramentas
1.3.2.04	Veículos
1.3.2.05	Móveis
1.3.2.10	(-) Depreciação Acumulada
1.3.2.11	(-) Amortização Acumulada
2	PASSIVO
2.1	CIRCULANTE
2.1.1	Impostos e Contribuições a Recolher
2.1.1.01	SIMPLES NACIONAL
2.1.1.02	INSS
2.1.1.03	FGTS
2.1.2	Contas a Pagar
2.1.2.01	Fornecedores
2.1.2.02	Outras Contas
2.1.3	Empréstimos Bancários
2.1.3.01	Banco A – Operação X
2.2	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
2.2.1	Empréstimos Bancários
2.2.1.01	Banco A – Operação X

2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2.3.1	Capital Social
2.3.1.01	Capital Social Subscrito
2.3.1.02	Capital Social a Realizar
2.3.2	Reservas
2.3.2.01	Reservas de Capital
2.3.3	Lucros/Prejuízos Acumulados
2.3.3.01	Lucros/Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores
2.3.3.02	Lucros/Prejuízos do Exercício Atual
3	CUSTOS E DESPESAS
3.1	Custos dos Produtos Vendidos
3.1.1	Custos dos Materiais
3.1.1.01	Custos dos Materiais Aplicados
3.1.2	Custos da Mão-de-Obra
3.1.2.01	Salários
3.1.2.02	Encargos Sociais
3.2	Custo das Mercadorias Vendidas
3.2.1	Custo das Mercadorias
3.2.1.01	Custo das Mercadorias Vendidas
3.3	Custo dos Serviços Prestados
3.3.1	Custo dos Serviços
3.3.1.01	Materiais Aplicados
3.3.1.02	Mão-de-Obra
3.3.1.03	Encargos Sociais
3.4	Despesas Operacionais
3.4.1	Despesas Gerais
3.4.1.01	Mão-de-Obra
3.4.1.02	Encargos Sociais
3.4.1.03	Aluguéis
3.5	Despesas Não Operacionais
3.5.1	Despesas Gerais
3.5.1.01	Custos Alienação Imobilizado
4	RECEITAS
4.1	Receita Líquida
4.1.1	Receita Bruta de Vendas
4.1.1.01	De Mercadorias

4.1.1.02	De Produtos
4.1.1.03	De Serviços Prestados
4.1.2	Deduções da Receita Bruta
4.1.2.01	Devoluções
4.1.2.02	Serviços Cancelados
4.2	Outras Receitas Operacionais
4.2.1	Diversos
4.3	Receitas Não Operacionais
4.3.1	Diversos
4.3.1.01	Receita de Alienação Imobilizado